



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8723

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Celebração de convênios, termos de cooperação e aditivos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 28/05/2013

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 70/2013. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, a firmar convênio e repassar recursos financeiros à Associação de Promoção Social – APAS, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.613, de 27/06/2013).

Controle Interno – Caixa: 21.3

Posição: 29

Número de folhas: 11

ce: P/2
gova: Repassa recursos
21.3
m: 99
b: 08



Nº 30/2013
11-06-2013

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.613, de 27/06/2013

PROJETO DE LEI Nº 70/2013

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento e a Firmar Convênio com a Associação de Promoção Social - APAS, e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 Entrada em 28/05/2013
- 2 Comissão Legislação e Finanças Orçamento e Tomada de Contas
- 3 - *A MOVADO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 4 - *CIA EM 11-06-2013*
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

PROJETO DE LEI Nº. **70**, DE 13 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO E A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL - APAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a repassar a importância de R\$ 1.284.554,40 (hum milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), em 09 (nove) parcelas mensais, para a Associação de Promoção e Ação Social – APAS, destinada à implantação da educação em tempo integral, através do oferecimento de atividades curriculares complementares aos alunos da rede pública municipal de ensino.

Parágrafo único: Os recursos financeiros a que se refere o caput deste artigo deverão ser destinados exclusivamente à remuneração e encargos sociais dos profissionais que atuarão na execução do objeto do convênio.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento vigente crédito adicional especial no valor de R\$ 1.284.554,40 (hum milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), com a seguinte dotação orçamentária:

- 02.07.03 – 12.361.0034.4.063 – 335043 – Subvenções Sociais à Entidades de Apoio a Educação;

Art. 3º - Para dar cobertura à abertura de crédito do artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a anular parcialmente, no valor de R\$ 1.284.554,40 (hum milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), a seguinte dotação orçamentária:

- 02.07.03 – 12.361.0034.2.079 – 3.1.90.04;

Art. 4º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de março de 2013.

Montes Claros (MG), 13 de maio de 2013.

Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 28 DE MAIO DE 2013
A. Silva
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO
E CONTAS
EM 28 DE MAIO DE 2013
A. Silva
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ CLAROS
AFROVADO EM 11 DE MAIO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 11 DE MAIO DE 2013
A. Silva
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), em 13 de maio de 2013.

Exmo. Sr.

Vereador Antônio Silveira de Sá (Dr. Silveira)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 146/2013

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente,


Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO E A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL - APAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Tendo em vista o compromisso do poder executivo municipal de ampliar o tempo de permanência dos alunos da rede pública na escola, através do oferecimento de atividades curriculares complementares em conformidade com o projeto político pedagógico das unidades de ensino, com vistas a melhoria da qualidade de ensino, em especial no índice de desenvolvimento da educação Básica – IDEB. E, considerando, que nem todas as unidades de ensino da rede pública municipal possuem espaço físico adequado, o projeto de lei visa possibilitar a celebração de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação com a Associação de Promoção e Ação Social para atendimento dos objetivos propostos.

Em razão da necessidade de efetivação do pretendido repasse, solicitamos que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 70/2013 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no orçamento e a firmar convênio a Associação de Promoção e ação Social - APAS - e dá Outras Providências.” de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que compete ao Executivo a iniciativa de projetos versando sobre questões financeiras, inclusive convênios.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 03 de junho de 2013.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 70/2013

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento e Firmar Convênio com Associação de Promoção e Ação Social – APAS, e dá outras providências.”

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 28/05/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 03/06/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em análise autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento, firmar Convênio com Associação de Promoção e Ação Social – APAS e repassar, através da Secretaria Municipal de Educação, o valor de R\$ 1.284.554,40 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), em 09 (nove) parcelas mensais para implantação da educação em tempo integral.

Para atender a despesa prevista, o Executivo solicita, no art. 2º do Projeto de Lei, autorização para abrir Crédito Especial com as seguintes dotações orçamentárias: 02.07.03-12.361.0034.4.063-335043- Subvenções Sociais a Entidades de Apoio à Educação em R\$ 1.284.554,40, (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), anulando parcialmente a dotação orçamentária: 02.07.03-12.361.0034.2.079-3.1.90.04 – no mesmo valor.

Nos termos da Lei Orgânica Municipal compete ao Executivo repassar recursos financeiros, bem como firmar convênios com instituições, esta Comissão observa que a presente proposição não incide em vício de iniciativa, nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do Exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende a técnica de redação.

Sala das Comissões, _____ 03 _____ de junho de 2013.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira _____

Suplente: Ver. Eduardo Rodrigues Madureira _____



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 70/2013

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento e Firmar Convênio com Associação de Promoção e Ação Social – APAS, e dá outras providências."

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída às Comissões em 28/05/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 03/06/2013.

Inicialmente foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação que emitiu parecer de legal e constitucional. Em seguida foi encaminhada à Comissão de Finanças e Orçamento, para, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria financeira, tributária e orçamentária, a ela submetida.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em análise autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento, firmar Convênio com Associação de Promoção e Ação Social – APAS e repassar, através da Secretaria Municipal de Educação, o valor de R\$ 1.284.554,40 (hum milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), em 09 (nove) parcelas mensais para implantação da educação em tempo integral.

Para atender a despesa prevista, o Executivo solicita, no art. 2º do Projeto de Lei, autorização para abrir Crédito Especial com as seguintes dotações orçamentárias: 02.07.03-12.361.0034.4.063-335043- Subvenções Sociais a Entidades de Apoio à Educação em R\$ 1.284.554,40, (hum milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), anulando parcialmente a dotação orçamentária: 02.07.03-12.361.0034.2.079-3.1.90.04 – no mesmo valor.

Verifica-se que a dotação indicada como fonte dos recursos consta no orçamento vigente com previsão de receitas suficientes para arcar com as despesas indicadas.

Nos termos da Mensagem do Executivo, o PL tem como objetivos ampliar o tempo de permanência dos alunos da rede pública na escola, através do oferecimento de atividades curriculares complementarem em conformidade como o projeto político pedagógico das



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

unidade de ensino, com vistas na melhoria da qualidade de ensino, em especial no índice de desenvolvimento da educação Básica - IDEB.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à votação do referido Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 03 de junho de 2013.

Presidente: Ver. Altemar de Freitas Cardoso _____

Vice- Presidente : Ver. José Marcos Martins de Freitas: _____

Relator: Ver. Fábio Neves Nunes _____

[Handwritten signatures of the Commission members]

VOTO EM SEPARADO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA MUNICIPAL

Trata-se de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento, firmar convênio com a Associação de Promoção e Ação Social – APAS e repassar recursos da Secretaria Municipal de Educação, no valor de R\$ 1.284.554,40 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil reais e quarenta centavos) em 09 parcelas mensais para implantação da Escola em Tempo Integral em Montes Claros-MG.

A APAS é uma entidade civil de Direito Privado e uma associação filantrópica sem fins lucrativos que difere de outras entidades similares posto que somente pode ser presidida pela cônjuge do Prefeito Municipal e vice presidida pela cônjuge do vice-prefeito municipal, de conformidade com o Art. 17º, I e II, do Estatuto da entidade, que são denominados membros natos.

O projeto em discussão fere frontalmente o Art. 100 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros que estabelece:

“Art. 100 – O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após finda as respectivas funções.”

O impedimento acima apontado é absoluto, não cabendo outro tipo de interpretação semântica ou gramatical.

Assim, não resta dúvida de que o Município de Montes Claros está impedido de repassar recursos financeiros para a APAS pelo fato da mesma ser presidida e vice presidida pela primeira dama do Município e pela vice primeira dama do Município.

Também, o referido projeto fere os princípios da MORALIDADE e da IMPESSOALIDADE na administração pública, quando neste momento já é amplamente noticiado pela imprensa local que a primeira dama será candidata às próximas eleições de 2014.

Posto Isto e com fulcro no Art. 100 da Lei Orgânica do Município o Poder Executivo Municipal está impedido de firmar convênios e repassar recursos financeiros para a APAS – ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL.

Diante do exposto, este membro efetivo desta Comissão conclui pela ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE do referido Projeto de Lei.

Montes Claros-MG, 10 de junho de 2013.

Relator: Vereador ALFREDO RAMOS





Câmara Municipal de Montes Claros – MG

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 70, DE 13 DE MAIO DE 2013, que autoriza o poder executivo municipal abrir crédito adicional especial no orçamento e a firmar convênio com a Associação de Promoção e Ação Social- APAS, e dá outras providências.

Emenda 1: Renumerar parágrafo único do art. 1º e acrescentar parágrafo ao mesmo artigo com a seguinte redação:

“A contratação de pessoal destinada à implantação da educação em tempo integral pela Associação de Promoção e Ação Social -APAS, dar-se-á seguindo ordem dos classificados, ainda não convocados ou contratados, pelo concurso vigente da Secretaria de Educação do Município”.

Emenda 2: Renumerar parágrafo único do art. 1º e acrescentar parágrafo ao mesmo artigo com a seguinte redação:

“A contratação de pessoal destinado à implantação da Educação em Tempo Integral pela Associação de Promoção e Ação Social - APAS, dar-se-á por concurso público temporário específico”.

Emenda 3: Renumerar parágrafo único do art. 1º e acrescentar parágrafo ao mesmo art. com a seguinte redação:

“Fica a Associação de Promoção e Ação Social-APAS, obrigada a disponibilizar relação com área de atuação, formação e local de trabalho dos respectivos contratados para a implantação da Educação em Tempo Integral”.

Sala das Sessões da Câmara Municipal
de Montes Claros

10 de junho, de 2013


Vereador Eduardo Madureira
Eduardo Rodrigues Madureira
VEREADOR

